



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 22/03/2018 – pag. 130

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

**Edital nº 02/2018 de Retificação**

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, tendo em vista o Edital nº 01/2018 de Abertura de Inscrições do Concurso Público para provimento de cargos vagos do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria deste Tribunal e à formação de cadastro de reserva, RETIFICA:

**7 - DAS PROVAS,**

Na tabela do item 7.1, Cargo Analista Judiciário – Área Administrativa, Conhecimentos Gerais:

**Leia-se como segue e não como constou:**

CARGO/ÁREA/ESPECIALIDADE	PROVA	Nº DE QUESTÕES	PESO	CARÁTER	DURAÇÃO DA PROVA
Analista Judiciário - Área Administrativa	<b>Conhecimentos Gerais:</b> - Língua Portuguesa - Regimento Interno - Noções sobre Direitos das Pessoas com deficiência - Raciocínio-lógico-matemático	20	1	Classificatório e Eliminatório	4h30
	Conhecimentos Específicos	40	3		
	Estudo de Caso	1	1		
	Redação	1	1		

**13. DA PROVA PRÁTICA DE CAPACIDADE FÍSICA PARA O CARGO DE TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE SEGURANÇA**

**Onde se lê:** 13.12 A Prova Prática de Aptidão Física consistirá de 4 (quatro) testes, a saber:

**Leia-se:** 13.12 A Prova Prática de Aptidão Física consistirá de 3 (três) testes, a saber:

C) TESTE DE CORRIDA DE 12 MINUTOS (MASCULINO E FEMININO)

**Leia-se como segue e não como constou:**

IDADES	12 minutos	
	DISTÂNCIA (em metros)	
	MASCULINO	FEMININO
18 e 25	2.300	2.000
26 a 33	2.100	1.800
34 a 39	1.900	1.600
40 a 45	1.700	1.400
46 ou mais	1.500	1.200

**19. DA POSSE**

Item 19.2



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Leia-se como segue e não como constou:

- d) comprovação da escolaridade nos seguintes termos:
- I. diploma de curso superior, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, ou certificado de colação de grau, onde conste a data de finalização do curso e a legislação federal ou estadual que reconheça a condição do nível universitário;
  - II. diploma de conclusão do ensino médio, ou de curso da mesma equivalência, reconhecidos pelo Ministério da Educação, ou certificado de conclusão dessa etapa escolar onde conste a data de finalização do curso e a legislação federal ou estadual que reconheça a condição de escolaridade média;
  - III. certificado de conclusão de curso de pós-graduação (somente para o cargo de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade Medicina (Psiquiatria).

**ANEXO III**  
**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL e**

**ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA**

**Direito Previdenciário:**

**Onde se lê:** Decreto 3.048/91 que aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.

**Leia-se:** Decreto nº 3.048/99 que aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.

Os demais itens do referido Edital permanecem inalterados.

Campinas/SP, 20 de março de 2018.

**FERNANDO DA SILVA BORGES**  
Desembargador Presidente do Tribunal